

695 898028

# Vannuchi ameaça sair se plano for alterado

Ministro diz que pedirá demissão a Lula se modificação em programa de direitos humanos incluir punição a torturado

**'Minha demissão não é problema para o Brasil, o que não posso admitir é transformarem o plano num monstro político', diz ele**

**ELIANE CANTANHÊDE**  
COLUNISTA DA FOLHA

O secretário nacional de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, disse ontem à Folha que é "um fusível removível" no governo e pedirá demissão caso o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos seja alterado para permitir a investigação de militantes da esquerda armada durante a ditadura militar (1964-1985), como exigem o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e as Forças Armadas.

"A minha demissão não é problema para o Brasil nem para a República, o que não posso admitir é transformarem o plano num monstro político único no planeta, sem respaldo da ONU nem da OEA", disse.

Ele condena a tentativa de colocarem no mesmo nível torturadores e torturados. Uns agiram ilegalmente, com respaldo do Estado, os outros já foram julgados, presos, desaparecidos e mortos, comparou o secretário, citando o próprio presidente Lula, que foi julgado e condenado a três anos (pena depois revista) por liderar greves no ABC.

Lula volta ao trabalho amanhã espremido entre o amigo e assessor de mais de 30 anos e ministros como Jobim e Reinhold Stephanes (Agricultura), que têm sido críticos ácidos do plano de direitos humanos, ao lado de outros setores, como a Igreja e a imprensa.

Vannuchi aposta que Lula tentará uma opção intermediária: "O presidente Lula é construtor de caminhos de meio



Ministro Paulo Vannuchi, na cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos

termo. Mas, se não for possível, não posso ficar. Vou optar pelo caminho da Dona Lindu [mãe de Lula]: sempre de cabeça erguida", disse.

Não é a primeira ameaça de demissão no governo por causa do plano. A primeira crise surgiu em dezembro quando os comandantes do Exército, general Enzo Martins Peri, e da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, fizeram a mesma ameaça só que por motivos opostos.

A pressão era para que Lula revogasse trechos do plano que, entre outras coisas, cria uma "comissão da verdade" para apurar torturas. Os militares classificaram o documento como "excessivamente insultuoso, agressivo e revanchista" às Forças Armadas.

Ficando ou saindo, Vannuchi diz que o saldo do plano já é amplamente positivo, "porque provocou um intenso debate interno sobre Direitos Humanos, abarcando as posições dos

mais diferentes setores. Que sejam necessários ajustes, não me oponho, mas há limites".

Segundo ele, "as críticas são desproporcionais e baseadas em interpretações equivocadas". Na sua opinião, o plano "não é uma peça da esquerda radical, é uma construção que, eventualmente, contém imperfeições e até erros, mas fundamentada em elementos essenciais da democracia".

Um dos equívocos foi cometido, segundo ele, por Stephanes e pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura. Para Vannuchi, "não é possível ser contra o agronegócio, como eles dizem, mas é preciso garantir que não oprima, não viole, não asfixie a agricultura familiar e o médio produtor".

Nos itens sobre a descriminalização do aborto, ele admite mudanças para deixar o texto mais aberto, menos específico.

Esse é um ponto nevrálgico, porque produziu uma reação firme da Igreja, aliada da causa dos Direitos Humanos.

O centro da discussão, porém, está na questão militar. Vannuchi e Jobim concordam num ponto: o plano não propõe o fim da Lei da Anistia, tanto que o item dois do capítulo 6 cita a lei, reconhecendo, portanto, sua legitimidade.

Ele passou ontem pelo menos duas horas, lendo tanto as críticas nos jornais quanto o próprio texto, para fazer uma autocrítica: "Estou revendo ponto por ponto, com reflexão, com humildade, mas a decisão é do presidente Lula".

De férias numa praia, Vannuchi aguarda a convocação do presidente a qualquer momento para debate o plano. É possível que isso ocorra simultaneamente ou logo depois da reunião de Lula com Jobim para o debate do plano. A tensão é nítida dos dois lados.

## A COMISSÃO DA DISCÓRDIA

Programa Nacional de Direitos Humanos gera protestos

**O QUE É >>** O 3º Programa Nacional de Direitos Humanos prevê a investigação de crimes cometidos pela ditadura. Os militares querem alterar o plano para que crimes cometidos pela guerrilha também sejam apurados

### PONTO PREVISTO NO PLANO

Criação da comissão da verdade, para examinar violações de direitos humanos "praticadas no contexto da repressão política" e levar casos à Justiça

### MODIFICAÇÃO REIVINDICADA PELOS MILITARES

Querem incluir em um possível projeto de lei a ser enviado ao Congresso a apuração de crimes cometidos também pela esquerda armada

## OUTROS PONTOS POLÊMICOS DO PLANO

### MEIO AMBIENTE

Incorporação dos sindicatos no processo de licenciamento ambiental de empresas

### SAÚDE

Revisão das regras para planos de saúde

### CIÊNCIA

Fiscalização de pesquisas de biotecnologia e nanotecnologia

### AGRONEGÓCIO

Realização de audiências públicas antes de um juiz decidir se concede liminar para reintegração de posse de uma fazenda invadida

### IGREJA

Apoio à descriminalização do aborto e à união civil entre pessoas do mesmo sexo e a garantia do direito de adoção por casais homoafetivos

Acompanhamento da rotulagem de transgênicos

### COMUNICAÇÃO

Criação de uma comissão governamental para acompanhar como os meios de comunicação tratam os direitos humanos, criando um ranking de empresas

### ECONOMIA

Taxação de grandes fortunas



Ministro Stephanes (Agricultura)